



Jean Ping
Presidente
Comissão da União Africana

A União Africana e a Crise Líbia: Chegou a Hora da Verdade

Há muito que as questões africanas sofrem ou de falta de exposição nos principais meios de comunicação, marginalização e deturpação dos factos ou de silenciamento completo. O caso da intervenção da União Africana na Líbia, é um exemplo clássico de como os esforços africanos passam sem ser reportados ou são deturpados para satisfazer a uma agenda hostil.

A Comissão tem sido fustigada por informações erróneas de que as acções da UA na Líbia foram motivadas por um desejo de proteger o regime do Coronel Muamar Qaddafi e que, na sequência da sua queda, a União estava a protelar o reconhecimento das novas autoridades líbias com o intuito de forçar a inclusão dos apoiantes dos antigos dirigentes líbios no novo governo.

Não há nada mais distante da realidade do que essas afirmações. Elas vão contra as decisões tomadas pelos órgãos pertinentes da UA sobre a questão líbia, do mesmo modo que vão contra as acções de acompanhamento que foram levadas a cabo pela Comissão. É neste contexto que, em nome da Comissão, decidi abordar publicamente a questão importante da intervenção da UA na Líbia.

É importante começar por situar os esforços da UA no contexto da sua reacção ao que passou agora a ser conhecido como a "Primavera Árabe". As sublevações populares que ocorreram na Tunísia e no Egipto representaram sérios problemas doutrínarios, pois estes não correspondem a nenhum dos casos previstos pela Declaração de *Lomé de 2000 sobre Mudanças Inconstitucionais de Governo*. Embora a UA, assim como outros actores internacionais, não previu esses desenvolvimentos, esta reagiu criativamente, apesar disso. Na verdade, a UA exibiu a flexibilidade necessária, tendo baseado a sua resposta não numa interpretação dogmática dos instrumentos existentes, mas na necessidade de contribuir para o alcance do objectivo geral da UA de consolidar a democracia no continente. Assim, os dirigentes africanos saudaram os desenvolvimentos na Tunísia e no Egipto, salientando que estes constituíram uma oportunidade para os Estados Membros renovarem o seu compromisso com a agenda da UA para democracia e governação, conferir uma maior dinâmica aos esforços envidados nesse sentido e implementar reformas económicas adaptadas à situação de cada país.

Por diversas razões, a revolução democrática na Líbia seguiu um curso diferente do da Tunísia e do Egipto.



Desde o início, a UA afirmou claramente que qualquer solução para a crise tinha que se basear no respeito pelas aspirações legítimas do povo líbio pela democracia, respeito dos direitos humanos e boa governação. A UA esforçou-se para obter um consenso líbio em torno da criação de instituições transnacionais inclusivas que governariam o país até a altura em que fossem realizadas eleições. Isto implicava claramente a abdicação do poder pelo Coronel Qaddafi a favor dessas novas instituições. O nosso objectivo primordial era evitar a guerra. Enquanto organização continental, a diplomacia é a nossa principal arma e o uso da força é sempre um último recurso depois de esgotadas todas outras opções.

Criar um Consenso em torno dos Elementos para uma Solução Global para a Crise Líbia

Na Líbia, tal como noutros países afectados pela “Primavera Árabe”, a UA baseou a sua acção na necessidade de contribuir para o alcance dos objectivos gerais visados pela União, nomeadamente, a paz, segurança, estabilidade, governação democrática, respeito pelos direitos humanos, justiça, prosperidade e unidade.

Já no dia 23 de Fevereiro de 2011, o Conselho de Paz e Segurança (CPS) manifestou a sua profunda preocupação acerca dos desenvolvimentos na Líbia, condenando vivamente o uso indiscriminado e excessivo da força contra manifestantes pacíficos. O CPS salientou também a legitimidade das aspirações do povo líbio. A primeira resolução do Conselho de Segurança das NU sobre a matéria, que encaminhou a situação na Líbia ao TPI e impôs sanções contra individualidades e entidades líbias, foi adoptada três dias mais tarde.

Na sua 265ª reunião, realizada a 10 de Março de 2011 a nível dos Chefes de Estado e Governo, o CPS chegou a acordo acerca de um roteiro para resolver a crise líbia. O roteiro gravitava em torno dos seguintes elementos: (i) cessação imediata das hostilidades; (ii) cooperação das partes líbias envolvidas para facilitar a distribuição atempada de auxílio humanitário às populações necessitadas; (iii) protecção dos cidadãos estrangeiros, sobretudo os trabalhadores emigrantes africanos a viver na Líbia; e (iv) diálogo entre as partes líbias e criação de um governo de transição consensual e inclusivo. O CPS criou um Comité *ad hoc* de Alto Nível para acompanhar a aplicação do Roteiro. O objectivo principal era assegurar que a aspiração legítima do povo líbio com relação à democracia fosse alcançada.

Uma semana após a adopção do Roteiro da UA, o Conselho de Segurança das NU aprovou a resolução 1973 (2011), com a qual impôs uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia para proteger a população civil, realçou a necessidade de se intensificar os esforços para encontrar uma solução para a crise, e nesse âmbito, reconheceu formalmente o papel do Comité *ad hoc*. A resolução em causa mereceu o apoio de todos os membros africanos do Conselho de Segurança, que foram genuinamente guiados por um compromisso de proteger civis na Líbia. Se, um só deles se tivesse absterido, não teria havido tal resolução.

Trabalhar para a Aplicação do Roteiro da UA

Os membros do Comité *ad hoc* reuniram-se a 19 de Março de 2011 em Nouakchott. Planeavam viajar para a Líbia no dia seguinte para encetar contactos com as partes. Tal como exigia a Resolução 1973 (2011), o Comité pediu autorização para as aeronaves que transportavam os seus membros para Líbia. O pedido foi negado. Na verdade, a campanha militar para aplicar a Resolução 1973 teve início no mesmo dia em que o Comité *ad hoc* estava reunido em Nouakchott.

A 25 de Março de 2011 em Adis Abeba, a UA realizou uma reunião consultiva que congregou todos os intervenientes internacionais. A reunião congratulou-se com os esforços do Comité *ad hoc* de Alto Nível e chegou a consenso acerca dos elementos do Roteiro da UA.

A 10 e 11 de Abril de 2011, o Comité *ad hoc* efectuou uma viagem à Líbia, tendo, em Trípoli, as autoridades líbias confirmado a sua aceitação do Roteiro da UA. Em Benghazi, as discussões com o CNT centraram-se na necessidade de um cessar-fogo urgente. O objectivo era assegurar uma protecção efectiva da população civil e criar condições propícias para a satisfação das exigências legítimas do povo líbio.

Na reunião ministerial de 26 de Abril de 2011, o CPS avaliou a situação na Líbia, tendo o Comité *ad hoc* encetado contactos com as partes líbias na véspera. Um mês mais tarde e, em virtude da deterioração da situação na Líbia, a Conferência da União realizou uma sessão extraordinária. A Conferência reiterou a necessidade de uma solução política e apelou para o término imediato de todos os ataques contra civis e para um cessar-fogo que conduzisse a um período consensual de transição, culminasse em eleições que permitissem aos líbios escolherem livremente os seus dirigentes. A Conferência realçou a necessidade imperiosa de todas partes envolvidas a respeitarem



tanto a letra como o espírito da resolução 1973.

Da minha parte, participei como convidado em vários encontros dedicados à crise líbia. Viajei também para capitais estrangeiras, nomeadamente, Paris, Londres, Bruxelas, Washington e Roma, para explicar o Roteiro da UA a procurar o apoio dos parceiros internacionais para o Roteiro.

Conferir uma Nova Dinâmica aos Esforços para a Paz

Na sua Cimeira de Malabo em Julho de 2011 e, na sequência do compromisso do Coronel Qaddafi de não fazer parte do processo de negociação, a Conferência reavaliou e aprovou as Propostas para o Acordo Quadro apresentadas pelo Comité *ad hoc*. As referidas propostas estipulavam claramente que devia haver uma transferência de poder para um governo interino a ser criado imediatamente após a conclusão do diálogo nacional programado. Em meados de Julho e princípios de Agosto de 2011, a UA reuniu-se com as partes líbias para trocar pontos de vista sobre as suas reacções relativamente às Propostas.

A 21 de Agosto de 2011, enquanto decorriam os esforços da UA, os combatentes do CNT entraram em Trípoli, tendo estendido o seu controlo para o país inteiro desde então.

Na sua reunião em formato de cimeira realizada a 26 de Agosto de 2011, o CPS tomou nota desses novos desenvolvimentos, tendo encorajado as partes líbias a acelerarem o processo conducente à formação de um governo de transição totalmente inclusivo que ocupasse o assento da Líbia na UA.

A 5 de Setembro de 2011, recebi uma carta da liderança do CNT na qual esta última exprimia a orientação estratégica da sua política africana, assim como o seu compromisso de priorizar a unidade e de proteger todos os trabalhadores estrangeiros na Líbia, incluindo os emigrantes africanos. Isto surgiu em resposta à exigência feita por mim para tal compromisso por parte do CNT.

Da sua parte, numa reunião em Pretória a 14 de Setembro de 2011, o Comité *ad hoc* de Alto Nível a trabalhar com o CNT e com todos outros actores líbios.

A 20 de Setembro de 2011 em Nova Iorque, o Presidente da União referira que a “UA reconhece o CNT como o representante do povo líbio, uma vez que tinha um governo de transição inclusivo”. Posteriormente, o CPS, recordando as garantias formalmente dadas pelo CNT e tendo em conta a peculiaridade da situação na Líbia, autorizou as novas autoridades a ocuparem o assento da Líbia na UA. O CPS decidiu também criar um Escritório de Ligação da UA em Trípoli, para auxiliar nos esforços tendentes a estabilizar a situação no país, promover a reconciliação nacional e facilitar o processo de transição.

Reconstruir a Nação e Abordar as Implicações Regionais da Crise

Todas as iniciativas acima enumeradas são uma expressão clara da solidariedade de África para com o povo líbio. Foram guiadas por um compromisso genuíno para fazer tudo o que fosse possível para facilitar o diálogo entre os líbios, fazer com que tivessem alguma solução para a crise, evitar mais sofrimento e criar condições conducentes à uma transição tranquila e pacífica. A UA também tinha consciência dos riscos que a continuação dos combates na Líbia representava para a estabilidade e segurança regionais.

Apesar dos desafios enfrentados e da falta de apoio de membros importantes da comunidade internacional, a UA nunca abrandou os seus esforços. A UA actuou dentro do quadro das suas próprias decisões e das resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das NU, tendo escolhido deliberadamente abordar a crise líbia de uma maneira que tivesse em conta tanto os desafios imediatos como os de longo prazo. A UA não teve, nem tem ainda qualquer agenda para além dos interesses do povo líbio.

As questões levantadas pela UA desde o início continuam tão válidas hoje como eram ontem. Qual a melhor forma de promover uma transição inclusiva para evitar a instabilidade e o caos que viria com a exclusão dos principais actores? Como abordar a questão da reconciliação, sarar as feridas do passado e garantir a justiça? Como assegurar que as exigências legítimas do povo líbio em relação à democracia, direitos humanos, boa governação sejam de facto satisfeitas?

A UA foi acérrima na procura de uma solução política. Por isso, irá apoiar o processo de transição, acompanhar os esforços dos actores líbios e, para esse efeito, trabalhar estreitamente com o NTC.



A UA não pode agir de outra forma, já que a Líbia é um membro de pleno direito da família africana. O destino do povo líbio é indissociável do resto dos seus irmãos e irmãs africanas com quem têm laços históricos. Uma Líbia estável e democrática será uma enorme mais-valia para o continente. Inversamente, uma Líbia instável irá afectar, acima de tudo, os vizinhos africanos e além.

Temos também que enfrentar as dimensões regionais da crise na Líbia. A UA chamou a atenção continuamente acerca da proliferação na região, de armas provenientes dos depósitos militares líbios. Para alguns, essas preocupações pareciam exageradas quando foram levantadas pela primeira vez. Hoje, há uma percepção cada vez maior no seio da comunidade internacional da gravidade da ameaça que esta situação representa e da necessidade de uma acção internacional concertada para resolvê-la. Isto é ainda mais urgente porque alguns países na cintura do sahel-sahana se encontram em situação frágil, a braços com rebeliões emergentes e com grupos terroristas.

A UA esteve igualmente na vanguarda ao denunciar a situação difícil dos emigrantes africanos, apelando para medidas concretas para garantir a sua protecção e segurança, facilitar a evacuação dos que queriam deixar a Líbia e apoiar a reintegração socioeconómica nos seus países de origem. Esta questão deve merecer prioridade na agenda africana e internacional. Escusa-se de realçar que o retorno de milhares de trabalhadores emigrantes exerce uma pressão maior sobre os países afectados, com risco de tensões sociais que podiam degenerar em situações de crise.

A Via a Seguir: Afirmação da Liderança de África, Aprofundamento da Democracia

À medida que a Líbia avança para abrir um novo capítulo na sua história atribulada, é necessário que façamos reflexões em torno dos acontecimentos que tiveram lugar, entendamos todas as implicações da situação e dela retiremos lições para o futuro.

Um dos aspectos trazidos à tona pela crise na Líbia, é a relutância de alguns integrantes da comunidade internacional em reconhecer plenamente o papel da UA. No entanto, a paz duradoura só pode ser alcançada no continente se os esforços nesse sentido tiverem como premissas a participação plena de África e o reconhecimento do seu papel de liderança porque, tal como foi salientado pela Cimeira de Agosto de 2009, sem esse papel, não haverá apropriação nem sustentabilidade; porque nós compreendemos muito melhor os problemas; porque nós conhecemos as soluções que irão funcionar e, porque, fundamentalmente, esses problemas são nossos e os nossos povos viverão com as suas consequências.

Tal como salientado pelo CPS por ocasião do seu lançamento solene, a 25 de Maio de 2004, afirmar a liderança de África exige que não nos coibamos de empreender acções decisivas para ultrapassar os desafios que o continente enfrenta; não há conflito no continente que será considerado fora da alçada da União Africana; e onde ocorrerem graves violações dos direitos humanos, a UA é a primeira a condenar e a agir com celeridade, em conformidade com a letra e o espírito do Acto Constitutivo da União e com outros instrumentos pertinentes a que subscrevemos.

Precisamos também, tal como um académico africano referiu, de ver a melhor forma de poder acelerar a transformação política para manter longe a intervenção externa e evitar situações em que entidades externas venham a arbitrar as nossas diferenças internas. A esse respeito, apraz-me constatar que, na sequência do pedido feito pelo CPS, o Painel dos Sábios da UA está actualmente a empreender uma revisão exaustiva dos mecanismos relacionados com a democratização e governação em África, e fará recomendações sobre a melhor forma de reforçá-los. De todo o coração, eu aguardo com expectativa essas recomendações.

O conflito militar na Líbia agora terminou com o desaparecimento físico do Coronel Qaddafi e a Líbia está a virar uma nova página. A nossa tarefa é ajudar a Líbia a fazer face aos muitos desafios que enfrenta. As novas autoridades envolveram todos os actores relevantes em reconstruir a nação e dar início ao necessário processo de reconciliação. A União Africana está pronta a trabalhar com o povo da Líbia, com as Nações Unidas e com a comunidade internacional no geral, à medida que os líbios procuram construir uma nova nação.

A Carta do Presidente

Publicação Mensal
Editada pela Direcção de Informação
e Comunicação
Gabinete do Presidente

Comissão da União Africana
P.O Box 3243
Addis Abeba, Etiópia
E-mail: dinfo@africa-union.org
Sítio Web: <http://www.au.int>

3 LN 3 P 1 S 3 J d o q b L J O S